

# BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE NA REDE ITEGO/GO

Maiune de Oliveira Silva<sup>1</sup>, Maria Gabriela Gomes Pires<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem/Universidade Federal de Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, maiune20@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa/Universidade de São Paulo/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, piresmgg@gmail.com

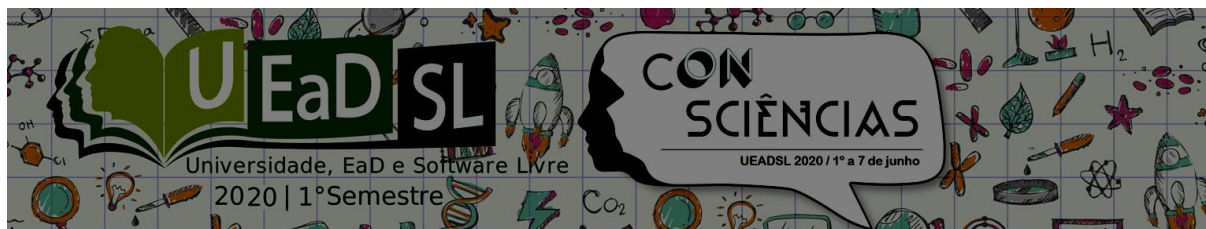
**Resumo:** O objetivo deste trabalho é descrever brevemente os propósitos de componentes de Língua Portuguesa em cursos técnicos e profissionalizantes ofertados em instituições da Rede ITEGO, no estado de Goiás. Para alçar o almejo, consultou-se os planos de cursos de alguns cursos, com destaque para o de Técnico em Química, pois os curso minero-químicos são os mais procurados na instituição. A metodologia foi embasada em pesquisa bibliográfica qualitativa, haja vista que partiu-se do levantamento de materiais on-line e impressos publicados para a elaboração dos comentários.

**Palavras-chave:** ITEGO, Língua Portuguesa, Goiás, Cursos técnicos e profissionalizantes.

## 1. Introdução

O ensino técnico e profissionalizante no Brasil tem passado por inúmeras mudanças desde sua implementação. Após a segunda guerra mundial, os cursos profissionalizantes sofreram inúmeros avanços e desdobramentos visando atender às necessidades de uma sociedade que estava se transformando. Sabendo disso, o presente trabalho objetiva descrever a nossa atuação enquanto professoras de Língua Portuguesa no Instituto Tecnológico de Goiás (Rede ITEGO), de uma unidade localizada em Catalão e outra em Ipameri, interior de Goiás, almejando compreender como o ensino técnico e profissionalizante voltado ao ensino de Língua Portuguesa é feito atualmente.

A Rede ITEGO tem como intuito “promover a defesa e a conservação de bens e direitos sociais relativos à educação, ciência e tecnologia” (REGER, 2018). Trata-se



de uma rede de institutos tecnológicos nos estado de Goiás, que ofertam cursos totalmente gratuitos, mantidos pelos auspícios da Secretária de Desenvolvimento e Inovação (SEDI) e sob a coordenação do Reger. Atualmente, a rede é composta por 29 Institutos, além de 60 colégios tecnológicos, isto é, unidades descentralizadas de educação profissional coordenadas pelos institutos. Nesse sentido, visamos compreender e entender como são estruturados os cursos técnicos e profissionalizantes, com destaque para o ensino de Língua Portuguesa que, praticamente em todos os cursos, são voltados para a preparação de alunos para atuar na elaboração de documentos que auxiliarão na comunicação entre setores, especialmente, dentro de uma empresa.

Sobre o perfil dos discentes, cabe salientar que, geralmente, são pessoas que estão concluindo ou concluíram o ensino médio e que estão alocados ou procurando uma nova oportunidade dentro do setor industrial para atuarem profissionalmente. Partindo desse pressuposto, o intuito da instituição é formar técnicos e profissionais capacitados para atuar nas diversas áreas que as indústrias procuram.

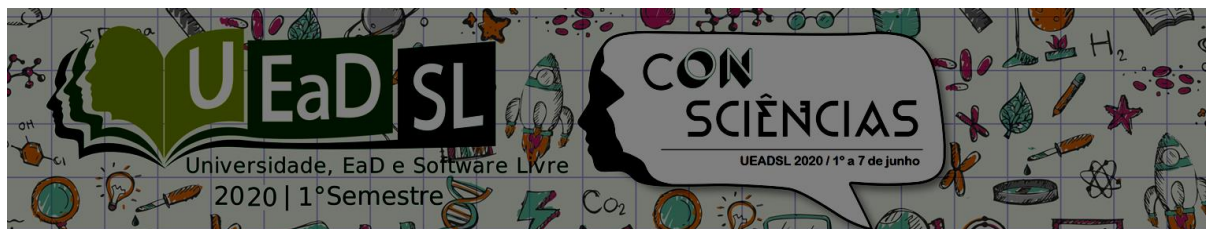
O presente relato de experiência é estruturado da seguinte maneira: *a priori*, descrevemos brevemente sobre a instituição, em seguida discorreremos sobre os ensinos técnicos e profissionalizantes existentes nela, haja vista que foram nestes cursos que atuamos e, por fim, falaremos sobre o ensino de língua portuguesa nos cursos que ministramos aulas.

Ressaltamos que não estamos abrangendo todas as características de ensino desta rede institucional, das demais instituições do estado ou de outras regiões; estamos meramente descrevendo sobre nossa atuação nessa rede de ensino que atuamos em Goiás, no almejo de dar a conhecê-la e, quiçá, promover a reflexão visando a melhoria na qualidade de ensino.

## 2. Conhecendo a rede ITEGO e seus cursos técnicos e profissionalizantes

Os Institutos de ensino, antigos CEPACs, passaram a compor a Rede Itego em 2015, por meio da Lei nº18.931/2015. O objetivo da Instituição é atuar com inovação focando em cursos técnicos e profissionalizantes.

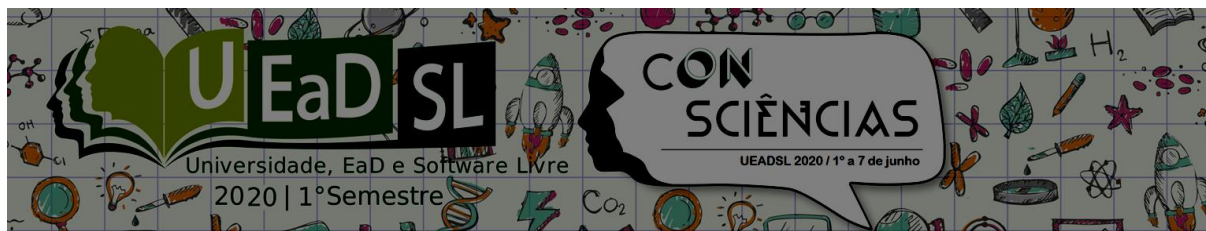




Cabe, então, diferenciar cursos técnicos de profissionalizantes. Cursos técnicos devem encaixar em eixos temáticos, tais como Química, Administração, Segurança do Trabalho, entre outros e apresentar um estudo mais aprofundado sobre a área em questão. Para que seja válido, o curso técnico exige alguns pré-requisitos, tais como: ser reconhecido pelo MEC, ter carga horária padrão e exigir idade mínima do aluno, geralmente vinculada à conclusão do ensino médio (16 anos) ou o estudante poderá optar por fazê-lo de três maneiras: i) externo: curso técnico e médio feitos concomitantemente, mas em escolas distintas; ii) concomitante: a instituição oferece formação técnica e conclusão do ensino médio dentro do mesmo curso e iii) subsequente: configura-se quando o aluno faz o curso técnico após a conclusão do ensino-médio.

Salientamos que estes cursos têm duração de 18 a 24 meses e os alunos precisam passar, obrigatoriamente, por um estágio que pode ser remunerado ou não. É preciso, ainda, fazer um Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado por banca de professores da instituição e, se aprovado, o aluno receberá um diploma de nível técnico reconhecido pelo MEC. São exemplos de cursos técnicos oferecidos pelo ITEGO: Técnico em administração, Técnico em Química e Técnico em Segurança do Trabalho, todos com duração de 24 meses.

Os cursos profissionalizantes, por seu turno, têm como fito criar conhecimentos necessários para a realização de uma determinada atividade relativa a uma profissão. É uma formação rápida para quem não tem tanto conhecimento em uma determinada área e pretende trabalhar, bem como para pessoas que já trabalham na área e precisam de uma formação concreta. Os cursos profissionalizantes possuem algumas diferenças em relação aos técnicos, a saber: i) não precisam de aprovação do MEC para funcionar; ii) o período de duração é mais curto, isto é entre 6 e 24 meses; iii) oferecem um certificado de conclusão, sem validade perante o MEC; iv) escolaridade mínima: 2ª ou 3ª ano do ensino médio; e v) idade mínima: 16 anos, mas não é uma regra. São exemplos de cursos profissionalizantes oferecidos na rede ITEGO: design de sobancelhas e maquiagem, com carga horária de 100 horas; processos minero-químicos, com carga horária de 318 horas; Assistente administrativo, com 178 horas, entre outros.



### 3. Ensino de Português em cursos técnicos e profissionalizantes: breves considerações

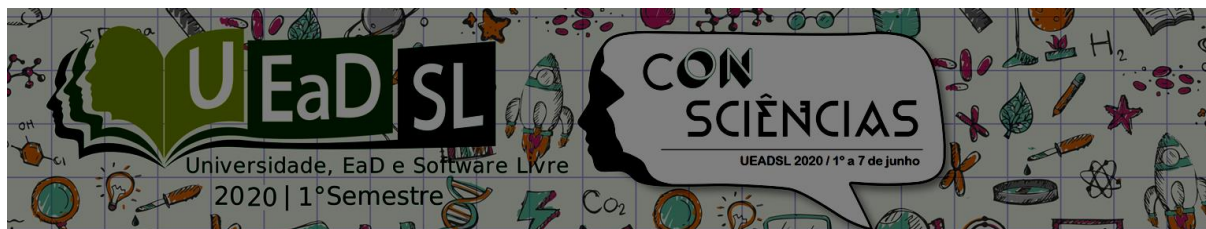
O ensino de língua portuguesa em cursos técnicos e profissionalizantes geralmente se dá por meio de componentes curtas com carga horária de 24 horas nos cursos profissionalizantes e componentes de maior carga horária, geralmente 60 horas, em cursos técnicos cuja durabilidade costuma ser maior.

O curso que atuamos com maior frequência e que possui um módulo de português foi no Técnico em Química, que possui a componente *Português técnico*, com carga horária de 60 horas e uma ementa que objetiva possibilitar a leitura e a compreensão de textos escritos ou orais da língua portuguesa, por meio da interpretação e produção de variados gêneros textuais que os alunos deverão lidar em sua atuação profissional dentro de empresas. No entanto, por opção nossa em achar que o tempo era mínimo que para que alçasse esse objetivo, os textos sempre eram voltados para a química, já era o tema do curso em questão. Sempre que era ministrada uma componente, o foco nunca era sintaxe ou qualquer outra área *hard* da língua portuguesa, porque era entendido que os alunos já tinham conhecimento prévio do assunto. Contudo, quando os alunos tinham uma dúvida específica de língua portuguesa, o assunto era explicado para toda a turma.

As aulas sempre eram iniciadas falando sobre a heterogeneidade da língua portuguesa, por isso, sempre frisávamos o fato de não haver correspondência entre língua oral e escrita. Quando o foco da aula passava a ser especificamente a produção de gêneros textuais da área administrativa, ensinávamos a estrutura textual de e-mails, memorandos, ofícios, atas, sempre correlacionando com a temática do curso.

Vale salientar que essas aulas em que os alunos produziam gêneros textuais eram quase sempre práticas. Levávamos os alunos para o laboratório de informática e eles produziam os documentos com base nas informações repassadas em sala de aula.

No curso processos minero-químicos, que é um curso profissionalizante, a carga horária para ministrar a componente de *comunicação empresarial* era reduzida a 24 horas, porquanto o curso também tinha menor durabilidade, mas o conteúdo era



praticamente o mesmo da componente supramencionada. Nesse sentido, tínhamos que escolher o conteúdo a ser ministrado com base no plano de aula repassado, porquanto nem sempre o tempo era hábil para ministrar tudo.

Quando as aulas aconteciam nas salas de extensão, usávamos principalmente quadro branco e pincel, pois não tínhamos estrutura de laboratório e *datashow* para dar suporte às aulas, mas nem por isso os alunos eram prejudicados. Quanto às aulas práticas, os alunos faziam os documentos solicitados em uma folha de caderno, seguindo a estrutura da tipologia documental, e entregava para serem avaliados.

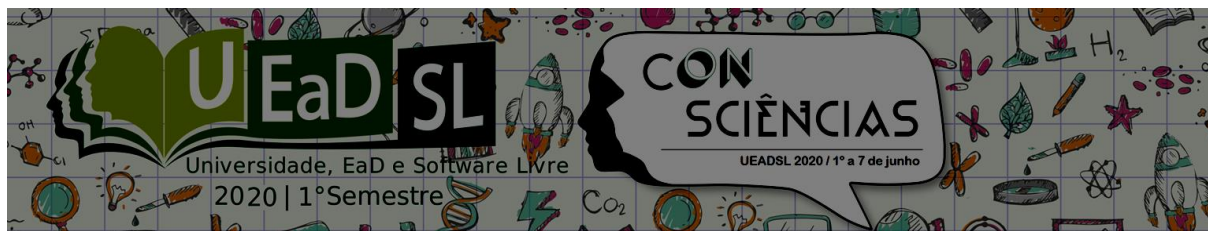
A crítica que temos em relação aos cursos profissionalizantes é em relação à carga que deveria ser ampliada para que desse tempo de ministrar todo o conteúdo de forma hábil. Contudo, todas as aulas ministradas tinham como objetivo atender as necessidades dos alunos, de forma que eles tivessem o raciocínio estimulado e, principalmente, capacitá-los para que pudessem exercer sua área de atuação com maestria.

#### 4. Considerações finais

Dentro da perspectiva apresentada, foi o intuito deste texto descrever os cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos pela rede ITEGO, em Goiás. Desta feita, apresentamos o histórico da instituição, discutimos brevemente sobre alguns cursos que são ministrados, bem como analisamos sobre como as aulas de língua portuguesa são ministradas nesses cursos, mostrando que diferentemente de escolas regulares, o foco não é a gramática.

Compreendemos que ministrar aulas em cursos técnicos e profissionalizantes foi bom para que pudéssemos compreender o funcionamento deles e ampliar nossa experiência em sala de aula, uma vez que o formato é bem diferente de escolas convencionais que já atuamos.

Por fim, entendemos que os cursos ministrados nessa instituição cumprem sua função social, pois proporcionam uma formação de qualidade e totalmente gratuita para que os alunos possam sair qualificados para enfrentar a ampla concorrência do mercado de trabalho.



## 5. Referências

BRASIL. Lei nº 18.931, de 08 de julho de 2015. Cria e denomina os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás – ITEGOS – e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 10 jul. 1995.

REGER. **Instituto de educação, cultura e tecnologia**. 2018. Disponível em: <https://www.institutoreger.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 maio 2020.